

15026 - Agricultura Urbana para além do potencial produtivo: relato de experiência sobre o território norte e nordeste de Santa Catarina.

Urban agriculture beyond productive potential: experience report about Santa Catarina's north and northeast territory

MOTA, Jefferson P.¹; RIBAS; Clarilton²; RODRIGUES, Renata G.³; FREDDI, Susi M⁴; BEHLING, Eliseu E.⁵; CASTRO; Ananda W.⁶.

1. Estudante de Agronomia, UFSC (jeffmota.eco@hotmail.com); 2. Dr. Ciências Sociais, UFSC (ccribas17@hotmail.com); 3. Eng. Agrônoma (re_solg@hotmail.com), UFSC; 4. Mestranda Agroecossistemas (sufloripa@ibest.com.br); 5. Estudante de Agronomia, UFSC (eliseu_elcio@yahoo.com.br); 6. Estudante de Agronomia, UFSC (anandinhacastro@gmail.com).

Resumo: Apresenta a prática da agricultura urbana na região norte e nordeste de Santa Catarina desde o ano 1 de 2009, obtendo resultados muito além do potencial produtivo. Promove cidades produtivas e ecológicas, mas que acima de tudo respeitam a diversidade social e cultural e que defendem a segurança alimentar e nutricional (SAN). Ressalta a possibilidade da prática da agricultura urbana de potencializar a gestão territorial e ambiental, além de disponibilizar alimentos frescos e de qualidade, garantindo uma economia doméstica e uma maior qualidade de vida, sendo o excedente comercializado. Observa-se a prática da agricultura urbana como um instrumento motor de mobilização e transformação social.

Palavras-Chave: cidades produtivas e ecológicas; gestão territorial e ambiental; segurança alimentar e nutricional; mobilização e transformação social.

Abstract: Presents the practice of urban agriculture in the north and northeast region of Santa Catarina since 2009, obtaining results far beyond productive potential. Promotes productives and ecological cities that respect social and cultural diversity and defend nutritional and food security (NFS). Highlights the possibility of the practice of urban agriculture of potentiate environmental and territorial management, providing fresh quality food, guaranteeing domestical economy and a higher quality of life, being the surplus marketed. Observe the practice of urban agriculture as a driving force of mobilization and social transformation.

Keywords: productive and ecological cities; environmental and territorial management; nutritional and food security; mobilization and social transformation.

Contexto

O estado de Santa Catarina localiza-se na região sul do Brasil, no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste.

Apesar de Santa Catarina aparentar altos índices de desenvolvimento, seu território é composto por municípios com indicadores discrepantes. Tomando-se por base Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, uma região metropolitana pode comportar municípios com diferentes índices. Essa é a característica principal do território norte/nordeste do estado, levada em conta como quesito de escolha para intervenções em Agricultura Urbana.

Além disso, o Estado possui um dos maiores índices de desenvolvimento econômico do país, baseado numa produção industrial diversificada, na agropecuária e na extração de minérios. Os polos industriais mais significativos se localizam na região

do Litoral e Planalto norte, esta última indicada para o desenvolvimento desta proposta de intervenção em AU.

Os municípios abrangidos pelo Centro “Terra Viva” de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana – CAAUP, desde o ano de 2009, são: Joinville, São Bento do Sul, Campo Alegre, Canoinhas e Itaiópolis, totalizando 14 hortas comunitárias em diferentes processos de implementação.

Outro fator para a escolha do território encontra-se em, grande parte, desfavorecido por políticas públicas e investimentos para o seu pleno desenvolvimento socioeconômico. Sendo assim, dos mais de 20 municípios que compõem esta região, 5 deles foram articulados por intermédio do CAAUP/SC vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, desde 2009 vem experimentado e (re) inventando a AU como estratégia política de inclusão sócio-produtiva.

Incorporando a dinâmica da cidade, a agricultura urbana, pautada nos princípios da agroecologia, tem potencial para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional (SAN). Em consonância ao movimento mundial, na última década, claramente vemos crescer em importância e necessidade a produção e o acesso à alimentos de qualidades pelas populações urbanas, sobretudo as que historicamente subexistem à margem da sociedade. Nesse contexto, aquela ideia de associar o rural ao agrícola e atrasado e o urbano ao progresso perde seu sentido, especialmente em regiões como no território em estudo, no qual a prática da AU é realidade indissociável do processo desenvolvimento sustentável.

As intervenções nestes municípios foram realizadas a partir de articulações com as prefeituras locais e com comunidades referenciadas em bairros periféricos das cidades em questão. Para viabilizar as ações locais foram criados Comitês Gestores Locais de AU, que são espaços de discussão, formulação de propostas, encaminhamentos práticos e ampliação do debate em torno da AU. Estes comitês são criados nos municípios com o intuito de gerir o desenvolvimento e a perenização de experiências, ações e iniciativas de AU nas municipalidades. São compostos por uma diversidade de membros do poder público e da sociedade civil afins ao tema. São agricultores urbanos e periurbanos, movimentos sociais, gestores públicos municipais, técnicos, universidade e gestores do CAAUP. Essa composição multifatorial e intersetorial permite ampla, bem como facilita o desenvolvimento de iniciativas de modo a abranger setores de saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente e planejamento e gestão urbana.

As famílias envolvidas no trabalho da horta são responsáveis pelo cuidado do espaço, pela produção, pela tomada de decisão, pela comercialização quando há excedentes; têm autonomia e são incentivadas a tornarem-se cada vez mais independentes, protagonistas de sua própria mudança. Cada horta possui um coordenador (liderança local) que auxilia mais intensamente na organização e realização das tarefas, nas tomadas de decisão, nas relações interpessoais dos participantes e representa o grupo da horta em reuniões e espaços de articulação entre governo e sociedade civil, como os comitês gestores locais de AU e conselhos de segurança alimentar e nutricional. A produção é voltada principalmente para o

autoconsumo e é partilhada entre os trabalhadores de acordo com o estatuto de cada horta. O excedente é comercializado mais comumente dentro das próprias hortas para a comunidade do entorno, a preços acessíveis em relação ao mercado formal. A renda proveniente destas vendas é utilizada, na maioria das vezes, para a manutenção das próprias hortas: compra de sementes, ferramentas, insumos, ou algum gasto eventual referente à horta, como o transporte para as reuniões do comitê gestor de AU.

A equipe técnica do CAAUP é responsável por promover as capacitações, formações, cursos e assistência técnica para todas as hortas envolvidas no projeto. A Agroecologia é ciência e filosofia que serve de base para a produção e para repensar e (re) construir os agroecossistemas urbanos. Outra questão também bastante abordada com as comunidades é o trabalho coletivo e a solidariedade, temas essenciais para o êxito de um projeto comunitário.

A Agricultura Urbana tem potencial para promover cidades produtivas, ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural, que promovem a segurança alimentar e nutricional, que cumprem a função social da terra, fazem a gestão dos seus resíduos e planejam a organização territorial.

Na experiência liderada pelo CAAUP, visualiza-se diversas destas potencialidades já em curso. Devido ao ângulo da iniciativa estar voltado para a promoção da SAN, os primeiros resultados observados giram em torno desta temática. As famílias que fazem parte da iniciativa demonstram significativa melhoria na qualidade da alimentação, já que os alimentos produzidos nas hortas comunitárias são voltados prioritariamente para o autoconsumo. A grande diversidade de hortaliças, temperos, plantas medicinais e frutas é agora incorporada na dieta. Além de quantidade suficiente para a família, a qualidade dos alimentos produzidos é incomparável a dos alimentos consumidos anteriormente por estas famílias.

Com a disponibilidade de alimentos frescos nas hortas, as famílias observam importante economia doméstica, ou seja, podem direcionar esse dinheiro para outras necessidades. Já as famílias que não tinham condições de comprar estes itens, tem agora a possibilidade de consumi-los em troca da sua mão-de-obra nas tarefas da horta. Outro aspecto interessante é que não só os trabalhadores das hortas são beneficiados, mas a vizinhança no entorno, já que o excedente da produção é comercializado e o espaço transformado traz enormes benefícios para a comunidade. Desta forma, as famílias têm a possibilidade de comprar alimentos frescos e saudáveis a preço justo.



Fig. 1 – Horta Comunitária Girassol – Joinville

Fig. 2– Colheita Horta Comunitária Serra Alta – São Bento do Sul

Constatou-se também a possibilidade que a prática da Agricultura Urbana e Periurbana tem de potencializar a gestão territorial e ambiental das cidades, promovendo cidades mais ecológicas. A gestão dos resíduos sólidos, no aproveitamento de materiais para a construção de canteiros e espaços para armazenar insumos e ferramentas; a utilização dos resíduos orgânicos para a produção da compostagem; o uso das podas verdes da cidade para a cobertura do solo nos canteiros; a captação e uso de água da chuva para irrigação; o enverdecimento das cidades através do plantio de árvores e do cultivo das próprias hortas; o uso racional e o manejo ecológico do solo, são algumas das atividades que caminham numa perspectiva de diminuição dos desequilíbrios ecológicos e que contribuem na construção de cidades mais agradáveis.

Do ponto de vista político, estes três anos e meio de intervenção possibilitaram uma compreensão muito mais abrangente das reais e potenciais dimensões da AU, não somente como estratégia de combate a fome, mas, sobretudo, seu papel político de instrumento motor de mobilização e transformação social; além é claro de se constituir numa ferramenta de gestão ambiental e territorial das cidades.

Com o exercício da AU no território, ousamos reinventar uma prática milenar (agricultura) moldada na dialética contemporânea da relação campo cidade. Em torno de 120 famílias diretamente fazem parte da proposta, corroborando bons resultados e também grandes desafios. Inicialmente, como argumento de um programa de governo, estimulamos famílias em situação de pobreza e miséria a praticar a AU, a fim de que as mesmas se beneficiassem com o resultado: alimentos saudáveis. Contudo, o trabalho diário, o convívio com os protagonistas dessa mudança - agricultores urbanos, as adversidades de se (re)estabelecer a prática da AU no contexto da cidade permitiu uma reflexão da totalidade do processo.

Seja por meio da produção de alimentos agroecológicos, da organização coletiva, do trabalho solidário e comunitário, da ocupação de espaços ociosos com propósito de desenvolvimento sócio-territorial, se busca estimular os cidadãos a pensar. E pensar para gerar mudança. Cidadãos excluídos e marginalizados pelo modo capitalista de “ser/pensar/agir” da sociedade contemporânea são levados, por meio do desenvolvimento da AU, a repensar a cidade, seus valores e seu modo de vida; protagonista de sua própria mudança.